

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O museu José Antônio Pereira no ensino da História: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande – MS

Marilda Batista Mitidiero¹
Maria Augusta de Castilho²

Resumo: A presente pesquisa visa estudar e difundir a importância da preservação do patrimônio cultural tangível, principalmente da população brasileira, no sentido de possibilitar a (re) construção dessa cultura tão importante de manifestação local. Enfatiza-se que o papel da educação, principalmente o do professor de história e de geografia é o de estimular e identificar essas ações singulares que compõem os saberes do povo brasileiro. É fundamental preservar uma parcela significativa desse patrimônio cultural, salvando do desaparecimento de um legado considerável para a cultura sul-mato-grossense e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação patrimonial no Brasil. As alternativas de desenvolvimento local podem estimular essas ações nas escolas e na comunidade em geral.

Palavras-chave – Patrimônio – identidade – desenvolvimento local

Abstrat: The present research aims at to study and to spread out the importance of the preservation of the tangible cultural patrimony, mainly of the Brazilian population, in the direction to make possible (reverse speed) the construction of this so important culture of local manifestation. It is emphasized that the paper of the education, mainly of the geography and history professor is to stimulate and to identify these singular actions that compose to know them of the Brazilian people. It is basic to preserve a significant parcel of this cultural patrimony, saving of the disappearance of a considerable legacy for the culture south-weeds-grossense and contributing for the creation of a conscience of patrimonial preservation in Brazil. The alternatives of local development can in general stimulate these actions in the schools and the community.

1 Introdução

O museu ainda hoje, é considerado um lugar distante, com valiosos objetos que não podem ser tocados, fotografados, filmados etc. Percebe-se um desinteresse aos acessos de uma ampla maioria da população com uma postura inerte de alguns deles em relação ao público. São estas formas de encarar o patrimônio, e o fato de percebê-lo como instrumento da

¹ Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – Campo Grande – MS.

² Professora do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – Campo Grande – MS.

construção da identidade que não permitem que se aceite para o presente os modelos há muito superado.

A existência destas normas forma-se uma viagem negativa, principalmente entre os jovens. Essa sociedade que precisa estar representada dentro das suntuosas paredes dos museus, e que precisa se sentir representada está cada vez mais sendo pensada e inserida no museu, ou o museu deve estar a serviço da sociedade da qual é parte integrante. Assim, o Setor de Cultura da Unesco, persegue os seguintes objetivos estratégicos: promover o desenho e a implementação de instrumentos normativos na área da cultura; salvaguardar a diversidade cultural, encorajando o diálogo entre culturas e civilizações, fortalecendo as ligações entre a cultura e o desenvolvimento, por meio da capacitação e o compartilhamento do conhecimento.

É de suma importância: conhecer a história do museu através de pesquisas acerca do patrimônio cultural, juntamente com o que possa ser encontrado na formação da cultura desse local; reconhecer o museu como uma instituição da comunidade, tendo o dever de contribuir para levar essa comunidade a agir dentro de uma evolução racional e lógica, onde ela será situada no quadro histórico que permite esclarecer os problemas atuais; perceber o patrimônio como um instrumento da construção da identidade, e não como um lugar distante, com objetos valiosos, intocados; representar a ampla maioria da população com objetos que lhes digam respeito, encontrando um acolhimento largamente favorável ao museu; identificar o museu como um local de representação para desenvolver a relação entre o homem e o objeto, este como um instrutor da realidade visível sendo então definido como uma instituição cultural, tendo também um papel de articulador da periferia, já que esta divisão cultural não está somente localizada no centro.

Nesse estudo identificou-se as principais atividades desenvolvidas no local, as formas de visitas, o público alvo e a apresentação do histórico do local, bem como, desenvolver uma proposta no modelo do processo do projeto, para os meios de comunicação, orientação aos voluntários, ações educativas com trabalhos inicialmente *in loco* com as escolas, centros sociais, universidades, mercados, feiras, conjuntos habitacionais para uma frequência de exposição aos visitantes no museu.

Metodologicamente o trabalho foi embasado em análises bibliográficas, da identidade e do desenvolvimento local do museu José Antônio Pereira; análise de textos, documentos, fatos e fotos para uma melhor compreensão, observação, do patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano.

2. O patrimônio cultural

Segundo a UNESCO, o **patrimônio cultural** é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Nesse sentido, ela trabalha impulsionada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que é hoje o instrumento internacional da UNESCO que obteve a adesão de mais Estados-Membros, e também pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

No Brasil, esse trabalho tem significado frutíferas colaborações com os governos Federal, Estaduais e Municipais e com a sociedade civil. Atualmente o país conta com dezessete bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu excepcional e único valor para a cultura da humanidade. Em 2001, as expressões orais e gráficas dos índios Wajãpi do Amapá foram proclamadas Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, figurando ao lado de importantes manifestações culturais que constituem o patrimônio intangível do mundo. Além disso, a UNESCO participa ou apóia inúmeras iniciativas nesse âmbito.

Em 1995, os trabalhos da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, resultaram no relatório denominado Nossa Diversidade Criadora. Esse documento trouxe à tona estudos que concluíram que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta à própria cultura.

Três anos depois, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento permitiu transformar essas idéias em políticas e práticas de desenvolvimento humano. A Declaração da Diversidade Cultural reconheceu como universais

vários desses princípios e, em 2003, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável enfatizou os vínculos entre a diversidade cultural, a diversidade biológica e o desenvolvimento.

Para Kashimoto et al. (2002), **cultura** é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido a cultura abrangeria diferentes aspectos da vida: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Compreende-se como bem cultural: os artefatos, construções, obras de arte, objetos produzidos artesanalmente ou industrialmente pela humanidade, expressando uma época ou até contribuindo para transformações em uma sociedade.

Somente acerca de 200 anos a atividade de conservação do patrimônio cultural, enquanto guarda da memória das sociedades, testemunho para gerações futuras, passou a ser considerada uma ciência (CHOAY, 2001).

Já em meados do século XVIII existiram as primeiras tentativas de se precisar o conceito de bem cultural, a partir de leis impostas pela Igreja e do Estado, no sentido de se proteger as coisas de interesse artístico e histórico, patrimônio comum, em função das pilhagens que ocorreram após as primeiras descobertas arqueológicas e conseqüente revalorização das artes da antigüidade (CASTRO, 1991).

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

Assim ao abranger o conjunto de crenças, valores técnicas e comportamentos elaborados e apreendidos em comunidade pelos indivíduos ao longo de suas existências, a cultura constitui-se, segundo Ullmann (1991), num orientador à “humanização” do homem,

impondo limites também ao comportamento agressivo que caracteriza a face instintiva da humanidade.

Com essa “homonização da vida”, no dizer de Paulo Freire (2000), tornam-se mais vívidas e intensas as relações sociais, não sendo, portanto, ingênua a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, com o concurso de interculturalidade; para tanto, cada povo deverá contribuir com a sua identidade para o cadinho da cultura universal, frustrando as expectativas autoritárias, sempre redivivas, de inviabilizar as idiossincrasias nacionais. Mesmo porque, retomando a epígrafe de Tolstói, é pelo olhar da nossa aldeia que vemos o mundo; e é desse ponto-de-vista que atuaremos sobre ele.

A cultura popular, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permita a configuração da Identidade do Lugar e de sua população.

Para Hall (2002) a questão da identidade está sendo intensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno.

As identidades modernas estão sendo “descentralizadas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. Seu propósito é o de explorar esta afirmação, ver o que ela implica qualificá-la e discutir quais podem ser suas prováveis consequências.

É impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e propósitos teóricos que estão sendo apresentadas.

Um tipo diferente de mudanças estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

Esta perda de “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito.

Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.

Esses processos de mudança tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Segundo Martins (2003), pensar e planejar o **desenvolvimento** são dotá-lo de um caráter mais humano, na situação de considerar o homem simultaneamente com sujeito e beneficiário. Trata-se, pois de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas ser beneficiário do desenvolvimento.

Como propõe Martin (1999, p.172), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidade locais que persistem algumas ausências importantes da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança. Na essência da participação pessoal estão além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade.

As ações coletivas, organizadas em um dado meio local, podem transformar-se em forças de desenvolvimento, se forem permeadas de confiança, transformando-se em capital social (COLEMAN, 1994). Para esse autor, esse tipo de ação é possível, quando existe alguma forma de interdependência entre os atores, de modo que a satisfação de seus interesses dependa da ação conjunta organizada. Desse modo, o capital social não se realiza nos indivíduos, mas nas relações entre eles.

Para Bordieu (1990), existe capital social, quando um conjunto de recursos potenciais liga-se à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas,

para um conjunto de agentes dotados de interesses comuns e que lhes permite melhor aproveitar os recursos econômicos e habilidades existentes.

Ao se discutir o desenvolvimento local, deve-se inicialmente compreender os conceitos de desenvolvimento e local; pois se tratando do desenvolvimento de um território, torna-se necessária à contextualização do referido tema. Souza (1997, p. 84), dimensiona que: "território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas" " [...]

Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação e de solidariedades concretas.

O território é, portanto, uma reordenação do espaço no qual é atribuída uma identidade territorial aos grupos sociais que se organizam e trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial, onde o agente principal pode ser ou não uma instituição pública ou privada. No caso estudado não é uma instituição, mas sim um grupo de indivíduos sob a liderança de um ator que exerce o poder sobre os demais. Santos (1988, p. 19), avalia que o desenvolvimento é: "um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo". Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofram contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico ou apenas político ou apenas social. Na verdade não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global

O desenvolvimento local não pode se desvincular do global, de forma que o primeiro necessita se reorganizar e reequipar para acompanhar a complexidade dos sistemas sociais modernos que exigem outros caminhos e outras respostas, onde a gestão local torna-se uma necessidade de sobrevivência dentro dos padrões de idéias democráticas e inovadoras. De acordo com Souza (1997, p. 06), "o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico". O desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que automática ou forçosamente haja melhoria no quadro de concentração de renda e dos indicadores sociais.

Pode-se assim, enfatizar que o desenvolvimento local está amparado em um processo de transformações no território, que leve a construção de uma dinâmica no crescimento econômico, político e social do lugar, e que seja dinamizado por atitudes da população, respeitando a sua identidade e a busca do solidário.

Por outro lado à pesquisa visa destacar também os aspectos culturais sempre no sentido de resgatar o tangível da população local, preservando este patrimônio cultural próprio das comunidades locais, cuja harmonia e solidariedade pautam a convivência desse povo. No aporte de Bakhtin (1976, in: BURKE, 2004) a memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que lembram, enquanto membros do grupo moradores de uma localidade. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que o morador ocupa e, que este lugar muda segundo as relações que se mantém com outros meios. Não se deve admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Entretanto, quando se pode explicar essa diversidade, verifica-se a combinação de influências que são todas, de natureza social.

Para se conservar uma parcela significativa desse patrimônio cultural, salvando do desaparecimento de um legado considerável para a cultura sul-mato-grossense e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação no Brasil, torna-se necessário um trabalho de conscientização junto a população local.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles (Coord.). 2000. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB.

ARAUJO, Karen Fernandes de. *Museus e sociedade: por uma museologia social*. Disponível no sit museologia. incubadora.fapesp.br. Acesso em 12/12/2006.9h24min.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. *Do patrimônio cultural e seus significados*.

Transinformação: Campinas. v.16.n.2.p.111-112, Mai-Ago/200048:2004.

BRANDÃO, José M. *Linhas Gerais do desenvolvimento de um projeto de trabalho no âmbito da musealização de um espaço mineiro abandonado*. Disponível no sit. www.apgeologos.pt.

Acesso em 09/12/2006. 13h. 35min.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Coleção Série História).

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na prevenção de bens culturais*. O tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Voeira Macgado. São Paulo: UNESP, 2001.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of social theory*. Harvard: University Press, 1994.

LE BOUURLEGAT, Cleonice Alexandre. 2000. Ordem local como forma interna de desenvolvimento. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. *Cultural imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local: questões e metodológicas* Interações. Campo Grande. v.3.n.5, Set/2002 – Fev/ 2003/2003.

RUSSEFF, Ivan; KASHIMOTO, Emilia Mariko; MARINHO, Marcelo. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: Conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. Campo Grande, v. 3. n. 4, Mar- Ago/2002:2002.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOUZA, M . A . A . *O lugar de todo mundo – a geografia da solidariedade*. Texto apresentado em Seminário na Bahia, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: NOBEL, 1988

UNESCO. *Patrimônio Cultural*. Disponível no sit <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 12/11/2006. 17h. 12 min